



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Graduação

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

“Inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) e a formação de professores na rede pública de ensino”

Juliana Segantin Magnabosco Michetti
Camila S. C. A. de Modena Herculian (Orientador)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo a educação inclusiva e a abordagem de como ocorre a formação dos professores e suas expectativas com alunos especiais das escolas públicas, em específico do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a inclusão desse aluno nas escolas que o recebem e a forma como suas dificuldades sócias cognitivas estão sendo trabalhadas. Para alcançar esse objetivo, a metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico, observando-se trabalhos e livros de autores que discorrem sobre o tema. Nos últimos tempos, houve um aumento da quantidade de crianças laudadas com TEA, portanto é de suma importância entendermos o que é TEA. Este é o termo que é usado para se referir a crianças com déficits na comunicação e na interação social, entre outras características, portanto quanto mais precoce aconteça o diagnóstico, que é realizado por uma equipe multidisciplinar, mais cedo ocorre a intervenção, para que se obtenha ganhos mais significativos no desenvolvimento da criança. Através da legislação é possível a identificação de diretrizes que garantem o acesso e permanência da criança com necessidades especiais nas escolas regulares. A formação docente se faz necessária e contínua, para garantia da aprendizagem, já que a ação pedagógica é desafiadora não só para o professor mas para toda equipe pedagógica, sendo necessário novos conhecimentos já que sem o preparo do profissional, é impossível a inclusão acontecer. O grande desafio da inclusão não é apenas obter ingresso na escola regular, mas sim, ter garantia de uma educação de qualidade e equidade, por isso, a importância da formação e preparo do corpo docente e toda equipe escolar.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Formação Docente

ABSTRACT

The present work aimed at inclusive education and the approach of how teacher education occurs and their expectations with special students from public schools, specifically of the student with Autism Spectrum Disorder (ASD), the inclusion of this student in the schools that receive it and the way their cognitive partner difficulties are being worked on. To achieve this objective, the methodology used was a bibliographic survey, observing works and books by authors who discuss the theme. In recent times, there has been an increase in the number of children reported with ASD, so it is of paramount importance to understand what ASD is. This is the term that is used to refer to children with deficits in communication and social interaction, among other characteristics, therefore the earlier the diagnosis, which is made by a multidisciplinary team, the earlier the intervention occurs, so that more significant gains in the child's development are obtained. Through the legislation it is possible to identify guidelines that guarantee the access and permanence of children with special needs in regular schools. Teacher training is necessary and continuous, to guarantee learning, since the pedagogical action is challenging not only for the teacher but for the entire pedagogical team, requiring new knowledge since without the preparation of the professional, it is impossible for inclusion to happen. The great challenge of inclusion is not only to obtain admission to regular school, but to ensure a quality and equity education, therefore, the importance of training and preparation of the teaching staff and the entire school team.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Inclusion. Teacher training.

Introdução

Nos últimos tempos o termo TEA (Transtorno do Espectro Autista) é muito utilizado por profissionais da educação, mas afinal o que é TEA? É um transtorno do desenvolvimento neurológico caracterizado por alteração do comportamento social, comunicação e linguagem, e por um repertório restrito, estereotipado e repetitivo de interesses e atividades, abrange dentre outras manifestações, o Autismo (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019).

Sendo assim o Transtorno do Espectro Autista é o termo que é usado para se referir a déficits na comunicação social e na interação social segundo a Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS- V, 2013). Apresenta-se de diversas formas, o nível intelectual varia muito de um caso para outro, de

comprometimento importante a altas habilidades cognitivas. Manifesta-se em indivíduos com deficiência intelectual grave, indivíduos com deficiência intelectual com baixo desempenho em habilidades comportamentais e em indivíduos com quociente de inteligência (QI) dito “normal”, que levam uma vida independente (KLIN, 2006).

O número de crianças diagnosticadas com TEA apresenta um aumento significativo nos últimos anos para isso é importante que as creches e escolas tenham propostas pedagógicas adequadas a cada necessidade apresentada pelos diversos alunos atendidos pelo sistema educacional.

Para uma proposta pedagógica que atenda às necessidades dos educandos com TEA é preciso o conhecimento das diferentes características que podem apresentar em cada um e a influência no desenvolvimento do aluno para saber as necessidades individuais, para isso é importante que os professores sejam capacitados e /ou tenham especializações.

A formação dos profissionais da educação é a primeira etapa em busca de qualidade para a inclusão de alunos com TEA, docentes com formação específicas, encontram-se mais preparados para a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista, em vista daqueles que não apresentam este tipo de formação.

O ensino inclusivo traz benefícios e oportunidades de convivência com outras crianças da mesma idade e a escola é um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social. Para tanto se faz necessário desenvolver um ambiente de inclusão escolar, aplicando programas de capacitação e acompanhamento, orientando o trabalho do professor para a diminuição da exclusão escolar.

A exclusão social do indivíduo autista vem das atitudes preconceituosas a respeito do que o aluno não consegue fazer. A responsabilidade do educador é a interação através da reflexão e da ação reflexiva, vindas de estratégias pedagógicas que visam o bem comum das crianças.

Este trabalho tem como objetivo a educação inclusiva e abordar como se dá a formação dos professores, assim suas expectativas com alunos especiais das escolas públicas. Em um primeiro momento será descrito o que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas especificidades e características. Partindo deste entendimento podemos descrever sobre a inclusão escolar e como ela acontece, e finalmente abordaremos sobre a formação profissional dos professores que atuam nas escolas

públicas. A partir dos estudos realizados espera-se contribuir para melhor compreensão da inclusão do aluno autista nas redes públicas de ensino e colaborar com a formação dos profissionais da educação.

1 Autismo

Para iniciarmos nossos estudos sobre inclusão da criança com o Transtorno do Espectro Autista se faz necessário entendermos sobre o autismo. A palavra Autismo é de origem grega, autós, que significa “de si mesmo” (SANTOS, 2019,p.31)

A nomenclatura Autismo foi utilizada pela primeira vez em 1911 por Eugen Bleuler a partir de relatos de um adulto esquizofrênico observando a fuga da realidade. Em 1943 o psiquiatra austríaco Leo Kanner, descreveu o autismo infantil como um distúrbio infantil caracterizado por uma inabilidade inata de relacionar-se afetivamente com outras pessoas denominado “distúrbio autístico do contato afetivo”, enfatizando a predominância dos déficits de relacionamento social (KAJIHARA, 2014, p.21).

Segundo Cunha (2015) Kanner relatou casos familiares e observações clínicas de crianças com inabilidade de relacionamento interpessoal, algo que se diferenciava de patologias ou classificações já normatizadas na época, mas que se estruturava nos dois primeiros anos de vida.

Santos (2019) nos diz que Kanner, observou que os sinais e sintomas devem surgir antes dos 03 anos de idade, e os três principais grupos de características são: problemas com a linguagem; problemas na interação social; e problemas no repertório de comportamentos (restrito e repetitivo), o que inclui alterações nos padrões dos movimentos.

Hans Aspergern, também empregou a terminologia autismo para se referir a crianças com sintomas de dificuldade no convívio social. Brasil (2015) citado por Santos (2019, p.31) nos descreve os sintomas:

[...] pobreza de expressões gestuais e faciais e quando as crianças eram inquietas, sua movimentação era estenotipada e sem objetivo, podendo haver movimentos ritmos repetitivos. Suas falas seriam artificiais, mas teriam atitudes criativas em relação a linguagem[...]

Nos dias atuais, baseado na DSM-V (2013), a comunidade médica observa o autismo com maior complexidade envolvendo vários fundamentos, conceituando pela

nomenclatura “Transtorno do Espectro Autista” (TEA), que possibilita a abrangência de distintos níveis, classificando o transtorno como leve, moderado ou severo. Somente tem origem nos primeiros anos de vida, identificados entre os 1 e 2 anos de idade, porém o diagnóstico acontece normalmente entre os 4 e 5 anos. Alguns sinais como poucas expressões faciais, baixo contato ocular, ausência de sorriso social e balbúcio, pouca ou nenhuma vocalização, não aceitação do toque, não responder ao nome, distúrbio do sono, irritabilidade, podem servir de alerta ao pais e /ou cuidadores.

O diagnóstico de TEA requer um déficit do desenvolvimento em pelo menos um dos seguintes aspectos: social, linguagem, comunicação ou brincadeiras simbólicas/imaginativas, nos três primeiros anos de vida (KLIN, 2006, p.11). O déficit na comunicação/linguagem pode ser encontrado com a ausência ou atraso do desenvolvimento da linguagem oral, o déficit na interação social na falta de reciprocidade, na dificuldade de socialização e no comprometimento do contato com o próximo, o déficit comportamental se encaixa a necessidade em estabelecer uma rotina, além dos movimentos repetitivos e as estereotípias, presentes na maioria dos casos.

Sabemos que a manifestações dos sintomas estão presentes até os três anos de idade da criança, fator que favorece o diagnóstico precoce. A identificação dos sinais nos primeiros anos de vida, possibilitam a imediata intervenção, essa intervenção precoce permite ganhos significativos no funcionamento cognitivo e adaptativo da criança. Para um diagnóstico adequado, é preciso uma equipe multidisciplinar experiente composta por médico, psicopedagogo, pedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo e fisioterapeuta, pois o diagnóstico tardio e a consequente intervenção atrasada em crianças com TEA causam prejuízos no seu desenvolvimento global (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019)

A Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) diz que o DSM-V também classifica a Síndrome de Asperger dentro do TEA. Lorn Wing divulgou a síndrome de Asperger, depois de ter dado continuidade aos estudos de Hans Asperger e evidenciaram que os pacientes com essa Síndrome apresentam diagnóstico mais tardio, pois geralmente não há atraso de linguagem verbal e a cognição é preservada

Dentro dos estudos dos diagnósticos de TEA, algumas pesquisas nos apresentam uma maior incidência de autismo em meninos do que em meninas, com

proporções médias relatadas de cerca de 3,5 a 4,0 meninos para cada menina. Outro ponto que vale ser ressaltado é a relação do desenvolvimento do autismo com vacinas. Muitos pais e /ou responsáveis estão deixando de vacinar seus filhos em virtude de acharem que vacinas causam autismo, mas muitos estudos foram feitos e a conclusão foi que vacinas não causam autismo pois não existe nenhuma ligação entre esses fatos e já é sabido que a causa é genética (KLIN, 2016). Embora se acredite que fatores ambientais ou determinados medicamentos influenciam no desenvolvimento do transtorno:

“Estima-se que cerca de 50 a 90% do caso sejam hereditários, o que demonstra a importância genética. Por isso é considerado uma doença heterogênea e complexa, já que apresenta diferentes padrões de heranças e variantes genéticas causais. [...] Para maioria dos casos de TEA não existem sinais clínicos que indiquem uma alteração genética”[...] (OLIVEIRA, SERTIÉ, 2017, p. 234)

É preciso uma avaliação cuidadosa do paciente e o estudo da história familiar sobre padrões de herança que, “podem melhorar a precisão do diagnóstico e a escolha dos testes moleculares apropriados para serem usados em cada caso específico” (OLIVEIRA, SERTIÉ, 2017, p. 235)

Analisando-se todas as informações supracitadas podemos perceber que as pessoas com TEA necessitam um olhar diferenciado para que estejam inseridas na sociedade. Para isso precisa-se de um processo de desenvolvimento na sociedade, com acessibilidade, adaptações do ambiente e as devidas ferramentas para que usufruam das vivências adquiridas e tenham o mesmo nível de atendimento, recursos, acessibilidades que um indivíduo que não possui esse distúrbio. A inclusão social é um direito de todos, e um maior conhecimento sobre o assunto pode ser favorável ao convívio, especialmente na fase inicial do transtorno.

Em virtude disso em dezembro de 2014 foi regulamentada o a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil,2012), que será abordado a seguir, através da revisão bibliográfica da legislação de dentro do capítulo Inclusão Escolar do aluno com autismo.

2 Inclusão Escolar do aluno com autismo

Com a aquisição de novos conhecimentos e princípios, a sociedade se preocupa cada vez mais com educação inclusiva, uma série de políticas públicas têm sido desenvolvidas para promover a inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular. A escola que antes excluía e rejeitava crianças com deficiência, agora se vê desafiada a prover um ensino de qualidade e inclusivo.

A inclusão está baseada em uma ampla legislação que ampara diferentes atuações, para melhor atender os alunos sendo assim muito importante conhecê-las.

De início podemos destacar o direito que encontramos na Constituição Federal de 1988 que dedica à Educação, no Art. 208: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de [...]” seção III - o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A Declaração de Salamanca (1994, p. 1), diz respeito à educação especial:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Diante disso podemos afirmar que o sucesso de escolas inclusivas, é a preparação apropriada de todos os educadores. Durante a formação inicial esses profissionais devem receber orientações para entender o processo de inclusão, adquirir a capacidade de avaliar as necessidades especiais, adaptar o conteúdo curricular, recorrer às tecnologias, individualizar os procedimentos pedagógicos e trabalhar em conjunto com especialistas e pais (Declaração de Salamanca, 1994).

Encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL, 1996) um capítulo inteiro para Educação Especial:

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na

rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) garante uma educação de qualidade a todos os alunos com deficiência, incluindo alunos com transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos seguintes termos:

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (BRASIL, 2008, p. 14 - 15).

Destacamos a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Art. 3º- São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

III- o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

Parágrafo único - Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Diante do que consta na legislação podemos afirmar que a inclusão da criança com autismo exige uma consciência pedagógica e também, conhecimento de metodologias dos envolvidos visando o desenvolvimento da criança, sendo assim é importante a formação de profissionais para trabalhar com inclusão educacional de pessoas com deficiência, onde deve existir o atendimento de diversidades no processo de aprendizagens (COELHO, 2012).

Neste contexto se faz importante o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem o papel fundamental na integração da proposta pedagógica da escola, para participação e aprendizagem desses estudantes dentro do ambiente escolar (BRASIL, 2011).

Segundo Felício (2007) a escola é importante para integração social do autista pois, por meio dela que acontece aquisição de conceitos necessários para o curso da vida. Além da inclusão deve-se garantir a permanência dos alunos com TEA nas escolas, o que depende também da formação dos professores.

3 Formação docente

A formação de professores foi proposta no final do século XIX, tendo alterações significativas posteriormente, através de várias Leis sendo que em 2006 o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução nº1/2006 definindo a formação de

professores para educação infantil, ensino fundamental e médio e posteriormente as Diretrizes Curriculares para formação em nível superior (BRASIL,2006)

Foi também no século XIX que cada país instalou seu sistema de ensino buscando dois aspectos constitutivos do ato docente, o conteúdo e a forma, que deram origem a duas maneiras distintas de encaminhar o problema da formação de professores (SAVIANI, 2011, p.8), a formação de um professor meramente técnico para a formação de um profissional que tenha condições de confrontar-se com problemas complexos e variados (GATTI, 2010, p.1360).

Aos dilemas de Gatti (2011) e Saviani (2010) cabe salientar a inquietude científica em investigar a formação inicial e continua desses profissionais.

“O bom preparo profissional possibilita ao educador a isenção necessária para avaliar a conduta do aluno e da família no auxílio da recondução das intervenções, quando elas não alcançam os resultados esperados no ambiente familiar ou na escola” (CUNHA, 2012, p. 90).

André (2010) ressalta que não há dúvida que o professor tem papel fundamental na educação escolar, mas há outros elementos importantes, como a atuação dos gestores, as formas de organização do trabalho na escola, o clima institucional, os recursos físicos e materiais disponíveis, a participação dos pais, as políticas educativas.

No que se refere as escolas e salas de aula onde apresentam alunos com TEA, família e educador precisam conhecer as características específicas deste transtorno para contribuir com a rotina da criança. Analisando a ideia dos dois autores percebe-se a importância da formação inicial e continuada do docente para sua efetiva prática em sala de aula.

Em geral o sistema de educação tradicional é incapaz de atender as necessidades das crianças com deficiência, por isso, é necessário a busca de alternativas que contribuam para uma formação continuada do professor especialmente na área de inclusão. Também são necessárias, novas metodologias para incentivar o desenvolvimento das crianças com TEA e a colaboração e adaptação da família com orientações educacionais (COLL; COL apud NASCIMENTO, p. 249).

Segundo Mantoan (2003) “os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira [...] exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências [...]”.

Quanto as entidades formadoras (Universidade/ Faculdades) de professores estas precisam adequar-se aos novos desafios da sociedade, onde os professores reflitam suas práticas, desta forma os cursos de formação inicial e continuada têm de ser organizados em função dessa realidade (FLORES, 2010, p.186) pois, com as mudanças sociais que vem ocorrendo na sociedade novas atribuições recaem sobre a responsabilidade do professor, e este tem que estar preparado para lidar com as situações mais desafiadoras do dia a dia, incluindo a educação de crianças com autismo.

Com relação ao papel do professor Lopez (2011) afirma que este é de mediador no processo de aprendizagem, tornando o estímulo ambiental significativo, favorecendo o desenvolvimento do educando e Mousinho, *et al.*, (2010) ressalta que este é importante na socialização da criança com autismo na sala de aula, devendo usar de novas metodologias para atender as necessidades dessas crianças.

Orrú (2003, apud SAMPAIO, 2008, p.1), discorre que:

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...].

A formação do docente é importante pois ele estará preparado para o ingresso dos estudantes com TEA, fato relativamente recente na escola regular que desperta muitos desafios a escola e aos professores que irão recebê-los (Gomes, 2011).

Para auxiliar nesse processo o AEE (Atendimento Educacional Especializado) é um serviço que contribui para inclusão escolar dos estudantes de educação especial e o integra a proposta pedagógica da escola. O professor que atua no AEE, deve possuir formação específica na área da educação especial, sendo que esta pode ser realizada de diversas formas, podendo ser formação inicial, ou formação continuada (Brasil, 2011).

Existe uma fragilidade na formação do professor e também nos programas do MEC voltados para educação especial. Estes são bem elaborados, mas há uma distância enorme entre teoria e prática no cotidiano (Cintra et al, 2010). Para favorecer

a melhoria do ensino aprendizagem é necessária uma melhor ação dos professores em sala de aula e, para que isso ocorra é imprescindível que haja uma boa formação dos professores que atuarão no AEE (DAVIS *et.al*, 2011).

Sobre o professor mediador, Miranda e Galvão (2012) citado por Sampaio (2018) ressaltam que é um profissional de extrema importância que auxilia o professor na sala de aula, possui função relevante para o acompanhamento e aprendizado do aluno com TEA, e com o material pedagógico utilizado em sala de aula como ferramenta necessária a adaptações didáticas que ajudam no processo de aprendizagem.

Ao se referir as estratégias pedagógicas Silva e Almeida (2012) afirmam que elas ampliam o acesso do aluno a linguagem de forma que proporciona o repertório comunicativo do dia a dia, com vista a autonomia respeitando os aspectos motor, cognitivo e afetivo.

Entre as estratégias pedagógicas podemos citar como ferramenta os jogos que segundo Antunha(2004) citado por Sampaio (2018) proporcionam um ambiente lúdico privilegiando a promoção da aprendizagem pois o participante enfrenta desafios, testa limites, soluciona problemas e formula hipóteses.

3.1 Formação na Educação Inclusiva

Muitas vezes observamos uma resistência dos professores a inclusão, isso ocorre muitas vezes por não se sentirem preparados para este trabalho. Há uma separação da teoria e da prática e uma concepção equivocada da formação do professor na sala de aula e o significado da inclusão escolar. Eles estão acostumados a aprender de forma fragmentada e querem uma formação pré-definida para aplicar em sua sala de aula. Muitos pensam na formação apenas para receber um certificado de capacitação de professor inclusivo (MONTANO,2003).

Segundo Montano (2003) “[...] a formação inicial e continuada direcionada a inclusão escolar [...] não se encaixa em uma especialização e, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos.

[...] a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação, e assim sendo uma preparação do professor [...] requer um design diferente das propostas de profissionalização existente e, de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não

serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MONTTOAN,2003, p.43).

Vale ressaltar que a nova forma de formação do professor em serviço citada por Montoan (2013) não foi bem entendida por quem elabora as políticas públicas de educação os quais oferecem:

[...] curso de especialização lato senso sobre educação inclusiva esse sugere a inserção da disciplina Educação Inclusiva em cursos de formação de professores e profissionais de áreas afins: Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e outras. Falta apenas ser criado uma habilitação específica nos cursos de Pedagogia! (MONTTOAN, 2003, p.43-44).

É necessário atenção, questionamento e apresentação de outras propostas para preparar profissionais para aceitação das diferenças e de um ensino de qualidade (MONTTOAN,2003).

A nova formação de professor proposta por Montoan (2013), parte do “saber fazer” dos profissionais, do compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores e toda gestão escolar e sobre os problemas reais encontrados em sala de aula. Os professores também devem questionar suas práticas, para definir suas teorias pedagógicas (MONTTOAN,2003).

Atualmente ocorreram avanços importantes em relação à formação de professores e as pesquisas acadêmicas em relação ao tema, porém no Brasil, a formação de professores ligados a educação ainda é um modelo tradicional que não favorece a educação inclusiva. Dentre os cursos de Pedagogia e Pedagogia com habilitação em educação especial, poucos oferecem disciplinas e conteúdo relacionado a educação especial (PLETSCH,2009).

De maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a inclusão (PLETSCH,2009). O que é oferecido como formação são apenas cursos de pós-graduação e ou especialização em Educação Especial.

Considerações Finais

Sobre o tema abordado que é o TEA, sua inclusão na escola, a legislação que garante sua educação na rede regular de ensino e a formação docente, podemos

destacar a importância do conhecimento do transtorno, e a necessidade de um olhar diferenciado a esses alunos para que tenham sucesso em seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

Neste sentido se faz necessário uma adaptação da escola, das metodologias de ensino com o intuito de compreender a forma de ensinar esse aluno, assim como fazer adaptações pedagógicas que consigam a interação social do aluno a partir de troca de experiências com seus pares.

Portanto o corpo docente deve procurar capacitação para auxiliar sua gestão de sala de aula, como também dedicar-se ao trabalho coletivo entre os profissionais que atendem os alunos com TEA e com suas famílias. Essa dedicação, interação é de suma importância para a criança se desenvolver cognitivamente e socialmente. Podemos ressaltar também que a formação dos professores e as atitudes positivas e favoráveis diante da inclusão são fundamentais para um bom resultado do trabalho docente.

No cotidiano muitos professores apresentam concepções negativas da inclusão, podendo influenciar suas condutas em sala de aula, sendo que o motivo seria a formação docente que não se desenvolve em condições propícias.

Desta forma verifica-se que a ação pedagógica ainda é um desafio na área da inclusão, apesar de atualmente a formação continuada do professor ter atenção mais cuidadosa por parte das instituições de educação e da própria política nacional de educação.

Os professores precisam buscar a ampliação de seus conhecimentos para desenvolver práticas específicas voltadas para o ensino aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais. Sem o preparo intelectual profissional, é impossível a inclusão acontecer, pois o professor precisa saber adaptar os materiais pedagógicos, os conteúdos dos livros didáticos, para direcionar seu trabalho em sala de aula.

Além disso também é importante a existência de várias ações dentro da escola, ações que podem contribuir para a inclusão de todos, abrangendo acesso, permanência e aprendizagem, valendo ressaltar o atendimento do aluno autista nas salas de AEE, onde a parceria desta com o docente de sala ajuda no desenvolvimento do aluno.

Apesar da garantia da lei, a formação continuada dos professores e a inclusão dos alunos com TEA ainda é um desafio, onde se faz necessário um trabalho mais concreto com a união da teoria e da prática envolvendo gestores, educadores, família para que essa inclusão aconteça com sucesso, contribuindo realmente com a formação integral dos alunos com TEA.

Referências

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA-APA. **Manual de diagnóstico e estatística de distúrbios mentais – DSM-V**. São Paulo: Manole, 2013

ANDRÉ, M. E. D. A. **Formação de professores**: a constituição de um campo de estudos. v. 33. p. 6-18. Porto Alegre -RS: Educação, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília,DF: Câmara dos Deputados,2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN**. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CP nº 01/2006, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 11, 16 mai. 2006. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Ministério da educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

CINTRA, R. C. G. G.; JESUINO, M. S.; PROENÇA, M. A. M. A prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado ao educando com autismo: o estado do conhecimento realizado no banco de teses da Capes e Scielo. *In: Anais [...]*, São Carlos: IV Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/sumario9%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/sumario9%20(1).pdf). Acesso em: 12 abr. 2020.

COELHO, Cristina M. Madeira. Formação docente e sentidos da docência: o sujeito que ensina, aprende. *In: SCOZ, Beatriz Judith Lima; MARTINEZ, Albertina Mitjans. Ensino e Aprendizagem – a Subjetividade Em Foco*. São Paulo: Liber livro, 2012.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DAVIS, C. L. F. *et al.* **Formação continuada de professores em alguns estados e municípios do Brasil**. Rio de Janeiro: Cadernos de pesquisa. v. 41 n.144, set./dez, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar**. Bauru: Inter Saberes, 2007.

FLORES, M. A. **Algumas reflexões em torno da formação inicial de professores. Educação**. n. 3. Porto Alegre: Brasil, set./dez., 2010, p. 182-188.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 113, p. 1355-1379, out./dez., 2010

GOMES, C. G. S. **Aprendizagem relacional, comportamento simbólico e ensino de leitura a pessoas com transtornos do espectro do autismo**. 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de pós Graduação em Educação Especial – PPGEEs. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2903/4832.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 abr. 2020.

KAJIHARA, O. T. 1943-2013: Setenta anos de pesquisas sobre o autismo. *In: MORI, N. N. R.; CERZUELA, C. Transtornos globais do desenvolvimento e inclusão*. Maringá: EDUEM, 2014, p. 23-38.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev Bras Psiquiatr**. São Paulo, (Supl I), p. S3-S11, 2006. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462006000500002&script=sci_arttext. Acesso em: 20 mar. 2020.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3523/1/2011_%20JulianaCrespoLopes.pdf Acesso em: 20 mar.2020.

NASCIMENTO, Sueli. Formação de professores: Um desafio no Processo de aprendizagem da criança com transtorno do espectro autista. **Colloquium Humanarum**, v. 15, n. 1, Jan–Mar, 2018, p. 143-153. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2018.v15.nesp1.001047.

MONTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOUSINHO, Renata *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. psicopedagogia**, São Paulo, vol.27, n.82, p. 92-108, 2010. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/223/mediacao-escolar-e-inclusao-revisao--dicas-e-reflexoes>. Acesso em: 31 mar. 2020.

OLIVEIRA, K.G, SERTIÉ,A.L, Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. **Revista Revendo Ciências Básicas**, Einstein São Paulo vol.15 no.2 Apr./June 2017.Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082017000200233&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 20 mar.2020

PLETSCH, M.D, A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010. Acesso em: 23 de jul. 2020.

SAMPAIO, L.M.T. Formação do Professor na educação inclusiva e TEA . *In: V CONEDU – Congresso Nacional Educação 2008*. Disponível em <http://edicoes.conedu.com.br/2018>. Acesso em: 7 abr. 2020.

SANTOS, S.A. **Transtornos Globais do desenvolvimento**. Curitiba-PR: Intersaberes, 2019.

SAVIANI, D. Formação de professores no Brasil: Dilemas e Perspectivas. **Revista Poiesis Pedagógica**, v. 9, n. 1, p. 7-19, jan./jun., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v9i1.15667>. Acesso em: 22 fev. 2020

SILVA, Sandra Francisca da; ALMEIDA, A. L. Atendimento Educacional Especializado para aluno com autismo: desafios e possibilidades. **Intl. J. of Knowl. Eng.**,

Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 62 – 88, 2012. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/IJKEM/article/view/1923/2198>. Acesso em: 22 fev. 2020

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Transtorno do Espectro do Autismo. Manual de Orientação Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento, n. 5, abr. 2019.